

'Reforma' administrativa pode restringir concurso e ampliar compadrios

Em audiência pública realizada ontem, 13, na Câmara dos Deputados, os temas, concurso público e vínculo de experiência, foram os nortes principais do evento proposto pela comissão que analisa a proposta de "reforma" administrativa.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 define cinco tipos de vínculos: vínculo de experiência, por prazo determinado ou indeterminado, cargo típico de Estado e de liderança ou assessoramento.

Durante a audiência, foi apontada a necessidade de "modernizar" o concurso, mas também foi questionada, por outro lado, a possibilidade de ampliação de situações de "compadrio" no serviço público, comprometendo a autonomia do servidor.

Para Gervásio Mata (PSB-PB), por exemplo, a "deforma", como ele se refere ao projeto, traz "um risco gigantesco de favorecimento político" com o chamado vínculo de experiência. "Se aprovado, representará um arrumadinho para o poderoso de plantão selecionar a seu bel-prazer quem será o escolhido num concurso público", afirmou o deputado.

Desempenho e estabilidade

Pelo texto original, o vínculo de experiência seria uma etapa do concurso público. Para assumir um cargo típico de Estado, a pessoa deveria cumprir um período de pelo menos dois anos "com desempenho satisfatório". E para ter estabilidade seria necessário um ano de efetivo exercício nesse cargo.

Por sua vez, a deputada Erika Kokay (PT-DF) avalia que a proposta permite ampliação da terceirização e do comissionamento. "Modernizar o Estado voltando à lógica do compadrio, da República Velha?", questionou. Enquanto Alice Portugal (PCdoB-BA) criticou o prazo "exíguo" e o momento "completamente crítico" de discussão do projeto. Segundo ela, é um PEC "fiscalista, mal preparada tecnicamente, que atropela regras vigentes na Constituição".

Profissionalização

Consultor da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, Felipe Drumond afirmou que regras que protejam de perseguição política representaram um grande avanço, mas acrescentou que os concursos fazem uma "seleção metodologicamente ultrapassada". O que, segundo ele, dificulta o próprio planejamento do serviço público. Além disso, seria preciso "profissionalizar" cargos e chefias de médio escalão, responsáveis pela avaliação de desempenho do servidor.

Para o professor de Administração Pública Fernando de Souza Coelho, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (Each-USP), é preciso pensar não apenas no concurso, mas em políticas públicas de gestão de pessoal. "Muitas vezes o concurso é tratado de forma isolada, e não pensamos a relação com os diversos subsistemas de recursos humanos." Assim, segundo ele, essas práticas, principalmente em estados e municípios, várias vezes são "anacrônicas". Souza Coelho também fez críticas a concursos "que não conseguem aferir conhecimento", além de "editais que não são revisados" e "falta de planejamento da força de trabalho".

Ajuste fiscal

A PEC 32 tem a pretensão de remodelar o Estado brasileiro "com forte componente de ajuste fiscal", destacou o economista Max Leno de Almeida, da subseção do Dieese na Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). Ajuste que vem sendo aprofundado com outras medidas, como o teto de gastos e própria "reforma" da Previdência. Assim, acrescentou, muitos itens da proposta se baseiam nessa visão de redução do papel do Estado. E de "responsabilização dos servidores públicos pela situação em que a própria economia brasileira se encontra".

O relator da PEC 32, Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), pareceu

ter se irritado com as várias críticas ao projeto. "Eu não posso me conformar com a ideia de que uma reforma administrativa não seja oportuna. Se o texto que veio não nos satisfaz, é outra história", reagiu. "Temos toda a liberdade para podermos colocar no bojo da lei aquilo que entendemos ser um caminho para melhorar o serviço público brasileiro. Seria uma demonstração de incapacidade nós simplesmente dizermos que a reforma não presta", disse o deputado. Arthur Maia também relatou a "reforma" da Previdência, em 2019, e a lei que flexibilizou as terceirizações em todos os setores de atividade, em 2015.

Vínculos precários

Rogério Correia (PT-MG) também chamou o projeto de "deforma" administrativa. "Não melhora, desmancha o serviço público", afirmou criticando ainda o ministro da Economia, Paulo Guedes, que na semana passada foi à comissão especial. "Não nos trouxe absolutamente nada, não trouxe um gráfico, um dado de como ele espera ter uma recuperação do serviço público. Ele fez conjecturas." Para o deputado, com as mudanças os vínculos trabalhistas serão "completamente precários".

A comissão especial terá ainda oito sessões de debates até a votação do parecer. A PEC 32 recebeu 62 emendas.

Com informações repassadas pela Rede Brasil Atual.





Governo Bolsonaro definha

O destempero exacerbado do presidente Bolsonaro é fruto do caos de seu governo que definha com o aumento das denúncias de corrupção em vários setores do executivo.

A cada dia que passa e quanto mais perto chegamos das eleições de 2022 fica mais difícil para o presidente vislumbrar conseguir um segundo mandato e isso o está afetando até no quesito saúde. Bolsonaro tem demonstrado uma crise de soluções há mais de uma semana e ontem à noite sentiu dores abdominais que o levaram a ser internado, o que o fez cancelar inclusive uma agenda oficial com os presidentes de poderes, quando iriam propor selar uma agenda para pacificar as relações entre os três poderes da República.

Eleito com a ajuda de um esquema suspeito de envio de mensagens através de mídias sociais sob o mantra do combate à corrupção, o presidente perde o discurso de probidade com os escândalos diários que assolam vários setores de seu governo.

As denúncias de rachadinha no período em que era deputado federal também voltaram a todo vapor, inclusive com o vazamento de áudios de sua ex-cunhada, que diz claramente que era obrigada a devolver grande parte de seus salários pagos pelo legislativo.

O ex-ministro Ricardo Salles foi demitido em função de gravíssimas acusações de enriquecimento ilícito e conluio com madeireiros ilegais e responde a inquérito na polícia federal por ações enquanto era



ministro do meio ambiente.

Agora, o escândalo chegou ao interior do palácio do Planalto com as descobertas feitas pelas investigações da CPI da COVID que sugerem a participação do alto escalão do governo em tentativas de corrupção na compra de vacinas, inclusive com a anuência do próprio presidente.

Segundo o deputado federal Luís Miranda, seu irmão, Luís Ricardo, servidor de carreira do Ministério da Saúde o procurou para denunciar ações atípicas para aprovação de um contrato supostamente irregular para a compra da vacina indiana Covaxin. Sabendo dessa informação o deputado procurou o presidente Bolsonaro no palácio da Alvorada para entregar os documentos suspeitos e pedir providências.

Com todas essas acusações, a cada dia que passa a aprovação do presidente Bolsonaro e seu governo despenca deixando-o completamente

te acuado e isso é muito perigoso para a manutenção do processo democrático.

Dia 24 de Julho os Movimentos sociais, estudantil e sindical já preparam outra grande manifestação por todo o país para exigir nas ruas vacinas para todos, auxílio emergencial de R\$ 600,00, respeito às diferenças, respeito à democracia e reafirmar a necessidade do impeachment de Bolsonaro.

Por Ricardo Milan (Assessor de Comunicação do Sindsep/MA). Disponível também em: pracomcodeconversa1.blogspot.com.

ATENÇÃO

Informamos aos nossos(as) filiados(as) que o horário de atendimento a partir do dia **12 de Julho será de 8 às 14h**, com medidas de distanciamento e prevenção já trabalhadas pela entidade.

Esperamos que a situação melhore e que logo possamos estar juntos em tempo integral novamente.

VACINAS PARA TODOS JÁ



f [Sindsep.MA](https://www.facebook.com/Sindsep.MA) @sindseparanhao @sindseparanhao [sindseparanhao](https://www.youtube.com/channel/UC...)